



Índice

- 01** Cemitério indígena faz governo projetar contorno e índios ameaçam cobrar pedágio
- 02** Votação em aldeias indígenas no Mato Grosso será reforçada
- 03** Projeto em terras indígenas ajuda controle do desmatamento
- 04** Em Assis Brasil, moradores temem até expulsão em caso de Marina vencer.
- 05** Indígenas representam 0,32% dos candidatos às eleições deste ano
- 06** No Amazonas, indígenas aprendem técnicas de tiro com arco para conquistar vagas nas Olimpíadas
- 07** Ceará tem 8 mil eleitores em comunidades indígenas e 13 mil em quilombolas
- 08** Vestibular especial da UFPA recebe quase 9 mil inscrições
- 09** Festas de Bonsucesso na mira do MPE
- 10** Com 5 mil eleitores, reserva indígena tem movimento intenso
- 11** Indígenas votam pela primeira vez em Altamira
- 12** Com mais de 5 mil eleitores, votação na Reserva Indígena deve ser movimentada o dia todo
- 13** Sonia Bone Guajajara: "não vamos abrir mão da nossa luta em defesa dos nossos direitos!!!"
- 14** Nota do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo (MTC) em defesa



do rio São Francisco

- 15** Governo garante terra e investimentos na agricultura para quilombolas de Goiás
- 16** Comunidades tradicionais dos Gerais e de Veredas, do distrito de São Joaquim, município de Januária, norte de Minas, retomam seu território tradicional
- 17** Mais duas: antes de sair, Maria Augusta Assurati aprovou o Relatório da Terra Indígena Xakriabá, Minas, e prorrogou por dois anos a proteção aos Piripkura de Mato Grosso
- 18** Funai e Ibama desativam garimpos ilegais no interior da Terra Indígena Kayapó
- 19** Controle do desmantamento em terras indígenas
- 20** Antropólogo da Fiocruz discute no campus Pampulha mortalidade indígena na Amazônia
- 21** Professora indígena transmite aos alunos prazer de ensinar
- 22** Projeto em terras indígenas ajuda no controle do desmatamento
- 23** Site promove cultura indígena a partir de conteúdos produzidos pelos próprios índios
- 24** Guaranis Kaiowá lutam junto ao Supremo Tribunal para ter direito a ocupar terra ancestral
- 25** Indígena é o primeiro a fazer cirurgia no Ceapac
- 26** Preconceito e discriminação contra pessoas indígenas, no Brasil
- 27** Índios acionam a Justiça contra crise da Educação e condições das estradas



Boletim de Notícias - Edição nº 178/ 2014

Brasília, 06 de outubro de 2014.

-
- 28** [‘Queremos participar da democracia’, diz cacique de aldeia da Capital](#)
 - 29** [Dilma defende "exterminar" trabalho escravo e demarcar terras indígenas](#)
 - 30** [Jagunços armados atacam aldeia em Mato Grosso do Sul](#)



Cemitério indígena faz governo projetar contorno e índios ameaçam cobrar pedágio
SÍTIO O REPÓRTER DO ARAGUAIA, 04.10.2014

Erro de demarcação da Funai faz governo planejar contorno e terá que replanejar novamente com “descoberta” de cemitério.

Os enormes buracos, pontes quebradas e a poeira estão longe de serem os únicos problemas da BR 158, a principal rota do fluxo de produção do Norte Araguaia, a complexidade chegou a um ponto extremo, que hoje a rodovia não tem sequer um traçado definitivo.

O trecho de Bom Jesus do Araguaia a Canabrava do Norte passa dentro da terra indígena Marãiwtsédé, no entanto um erro admitido pela própria Fundação Nacional do Índio (Funai), pois depois do novo traçado da BR 158 pelo Departamento Nacional de Infraestrutura, disse ter encontrado o cemitério dos Xavantes, porém fora da área demarcada, e pede que o projeto seja refeito contornando o cemitério, que hoje é virtual e não demarcado.

Os índios juntamente com a Funai não querem o asfalto, por isso o governo planejou um contorno para atravessar o território, que pode deixar de ser Terra Indígena, já que processos idênticos tem desfeito armadilhas das demarcações pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O novo percurso de terra, que passa por pequenos municípios da região e amplia a viagem em cerca de 100 quilômetros, foi desenhado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), que já trabalhava nas etapas finais para iniciar a contratação das obras de pavimentação.

Ocorre que, recentemente, a Fundação Nacional do Índio (Funai) informou ter descoberto um cemitério de índios xavantes na região. A terra sagrada sofreria impacto com o contorno. Por causa disso, o Dnit foi obrigado a abandonar a ideia e, agora, trabalha nos estudos de um outro contorno, o qual amplia ainda mais o traçado, além de cortar áreas de floresta e fazendas.

Indignado, o prefeito de Serra Nova Dourada, Edson Yukio Ogatha, abre um mapa sobre a mesa e mostra o segundo contorno em análise. “Essa proposta é um absurdo. A estrada passaria pelo nosso município, mas agora querem suspender o projeto por conta de supostas terras indígenas que nem se comprovaram. É uma angústia para nós, um desrespeito total com a região.

A Funai confirmou que encontrou um cemitério indígena e aguarda novos planos do Dnit para analisar outro contorno. O Dnit informou que deve entregar os estudos sobre o impacto ambiental do traçado até o fim de setembro.

A notícia tirou o sono dos 50 mil moradores dos seis municípios da região. “Foram cinco anos CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 178/ 2014

Brasília, 06 de outubro de 2014.

na espera desse contorno e agora nos chegam com isso? Eles preferem abrir uma estrada do zero, com mais desmatamento, em vez de passar por aqui, onde já tem estrada de terra? Nós estamos à parte do desenvolvimento, isso não faz sentido”, diz Marcos Roberto Reinert, pequeno produtor na região e ex-prefeito de Serra Nova Dourada.

Para grandes produtores, o ideal seria que a BR-158 continuasse com o seu traçado original, ou seja, passando por dentro da terra indígena, uma situação que já ocorre em outras regiões do País.

É o que espera também o empresário Arnon Araújo dos Santos, dono do posto de gasolina Arnon, instalado no trecho da estrada que deixará de existir. “Vivo nessa região há 40 anos. Essa rodovia é uma luta nossa de sempre, mas nunca vencemos. Agora, querem tirar a estrada daqui e convencer o caminhoneiro de aumentar a viagem. Ninguém vai fazer isso”, diz ele.

O clima entre índios e caminhoneiros, que já não era bom, tem piorado. “Os índios têm ameaçado cobrar pedágio aqui na BR para liberar a passagem, mas não vamos aceitar isso”, reage o caminhoneiro Jesus da Silva Oliveira, usuário frequente da rodovia.

O Repórter do Araguaia com Agencia da Noticia



Votação em aldeias indígenas no Mato Grosso será reforçada

SÍTIO O ESTADO DE MINAS, 04.10.2014

Cuiabá - Cerca de 500 homens do Exército brasileiro irão garantir a votação em 21 aldeias das 32 existentes em Mato Grosso. Segundo a Justiça eleitoral, o custo da operação é de R\$ 2 milhões. Dados oficiais apontam que existem 8.846 eleitores indígenas o que representa 0,4% do eleitorado do estado.

De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TER-MT), a média deve ser de dez homens para cada uma das aldeias que estão localizadas nos municípios de Rondolândia, Juara, Brasnorte, Tangará da Serra, Peixoto de Azevedo, São Félix do Araguaia, Feliz Natal, Guarantã do Norte, Paranatinga, General Carneiro, Barra do Garças e Campinápolis. O restante, que fica mais próxima de Cuiabá receberá apoio da Polícia Federal.

O comandante do Exército em Mato Grosso, general José Carlos Avelar, disse que as tropas poderão se deslocar a até 100 metros dos locais de votação e terão poder de polícia podendo inclusive realizar prisões. Apesar do histórico pacífico dessas aldeias nas últimas eleições, para a Justiça eleitoral a tensão nestes locais é muito forte, disse Avelar.

Segundo a Justiça eleitoral, os militares utilizarão armamentos não-letais e terão apoio de quatro helicópteros e quatro embarcações. Segundo a assessoria do Exército, os recursos empregados na operação (R\$ 2 milhões) estão dentro do orçamento federal previsto para as eleições. "Foram repassados pelo Ministério da Justiça para o Ministério da Defesa", disse Avelar.

Os militares empregados na segurança se deslocaram para as aldeias na quinta-feira e devem retornar para a capital, na próxima segunda-feira, 6.

Segurança

No domingo, cerca 3.500 homens irão garantir a segurança nas eleições gerais de 2014 em Mato Grosso. São policiais militares, civis, federais, rodoviários federais, bombeiros, agentes de trânsito e guardas municipais.



Projeto em terras indígenas ajuda controle do desmatamento

SÍTIO GRÃO DE AREIA, 04.10.2014

O Instituto de Conservação Ambiental – The Nature Conservancy do Brasil (TNC) receberá R\$ 15,7 milhões do Fundo Amazônia para implantar projeto de gestão territorial e ambiental sustentável de seis terras indígenas nos estados do Pará e Amapá. O projeto beneficiará 8,8 mil indígenas e contribuirá para o controle do desmatamento na região. Com isso, as organizações indígenas sairão fortalecidas. O edital para apoio a iniciativas como essa continua aberto até o dia 21 de novembro.

Como explica o analista ambiental do Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA) Raul Xavier de Oliveira, o projeto da TNC foi aprovado por se enquadrar nas diretrizes do Fundo Amazônia para o biênio 2013/2014. “O Comitê Orientador do Fundo Amazônia, presidido pelo Ministério do Meio Ambiente, é responsável pela definição das diretrizes e considerou o apoio à implantação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PGTA) como um dos focos prioritários”, afirma.

Alinhamento - O PGTA é instrumento importante para a execução da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). As instituições que queiram apresentar projetos até o dia 21 de novembro devem observar, além do alinhamento temático, os seguintes critérios:

- a) Contribuir para implantação de uma política pública, neste caso, a PNGATI e o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm);
- b) Ser resolutivo com relação à situação do problema; e
- c) Ter escala no território, ou seja, atender uma área grande e muitos beneficiários.

Desmatamento - As Terras Indígenas (TIs) representam 21% do território da Amazônia Legal e são importantes para o controle do desmatamento na Amazônia. Dados do Prodes de 2013 mostram que apenas 3% do desmatamento ocorreram nas TIs.

As TIs são áreas protegidas, delimitadas em razão do reconhecimento da ocupação tradicional de um ou mais povos. Na Amazônia Legal, existem mais de 400 delas. Apesar da demarcação, não estão livres das pressões relacionadas ao desmatamento e à degradação florestal. Ainda assim, as têm se mostrado eficazes como barreira ao avanço do desmatamento na região.

Saiba mais – O Fundo Amazônia, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi criado pelo governo brasileiro para apoiar iniciativas voltadas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 178/ 2014

Brasília, 06 de outubro de 2014.

para prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, além de atividades de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas do bioma Amazônia. Tem 60 projetos aprovados, totalizando R\$ 904 milhões em financiamento.

Fonte: MMA



Em Assis Brasil, moradores temem até expulsão em caso de Marina vencer.

SÍTIO BOA INFORMAÇÃO, 04.10.2014

Caso Marina Silva se eleja presidente, seu governo obrigará fazendeiros a reflorestar quase metade de propriedades e expulsará os moradores de reservas extrativistas.

Nenhuma dessas medidas consta do programa da candidata do PSB, mas são repetidas como mantra em Assis Brasil (340 km de Rio Branco), pequena cidade incrustada na tríplice fronteira com a Bolívia e o Peru.

A fama de ambientalista intransigente é a principal origem a ojeriza a Marina entre os assis-brasilienses. A cidade, um dos municípios mais pobres do Brasil —4.444º lugar entre 5.565 cidades no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)—, tem como atividade principal a pecuária extensiva, maior responsável pelo desmatamento no Estado.

Mas o avanço do pasto é limitado pelas unidades de conservação que ocupam 75% do município, do tamanho de três cidades de São Paulo. Parte da população vive na reserva extrativista Chico Mendes e, com o declínio da borracha, tem desmatado ilegalmente para criar gado, apesar do risco de multas e até de expulsão.

O resultado desse embate é que, em 2010, Marina obteve em Assis Brasil a pior votação em seu Estado natal —convenceu apenas 158 eleitores (4,6%) a votar nela para presidente.

O percentual ficou bem abaixo da votação no Acre naquele ano, quando Marina obteve 23% dos votos válidos, atrás do tucano José Serra e da petista Dilma Rousseff, percentual considerado baixo por ser seu berço político. “É muito difícil ser profeta em sua própria terra”, justificou Marina, em entrevista ao Jornal Nacional.

“O projeto dela é criar uma lei para replantar 40% das propriedades”, afirma a dona de casa Antônia da Silva, 29, em conversa na cozinha da casa de madeira, a cerca de 20 km do centro da cidade, percorridos em uma malconservada estrada de terra. “Podemos até ser expulsos do nosso local”, assegura a sogra, Maria Laila Souza, 60, professora do ensino fundamental.

A família vive em uma área de 68 hectares, dedicada quase toda à pecuária. “O boi é a única coisa que a gente tem para vender quando adoecer”, diz Souza. Por causa do sistema de saúde precário, a família costuma recorrer à cidade boliviana de Cobija (120 km) para tratamento médico privado.

A cidade antimarineira

PASSADO PETISTA

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 178/ 2014

Brasília, 06 de outubro de 2014.

O discurso antimarquista é alimentado pelo prefeito da cidade, o tucano Humberto Gonçalves Filho, o Doutor Betinho. Em 2012, ele interrompeu 12 anos de prefeituras petistas, que governam o Acre há quase 16 anos.

Ecoando a crença de muitos no Acre, o prefeito afirma que Marina, mesmo fora do partido de Lula há cinco anos "é do PT tradicional" e que ambos são contrários à pecuária.

"Eles não deram condições ao homem do campo. Não querem que ele derrube nada, querem que viva de colar de semente de patuá."

Doutor Betinho chamou o líder seringueiro petista Chico Mendes, assassinado em 1988, de "maior vagabundo que tivemos na história": "Antes de ser governo, o PT só sabia paralisar o Estado com greve. E o Chico Mendes foi o precursor de tudo isso junto com essa Marina."

Emparedada entre o PT e o PSDB, a campanha da ex-senadora acriana é completamente invisível nas poucas ruas de Assis Brasil. O representante local do PSB, Jorge Saad Jr., não mora mais na cidade, e a casa da família, na rua principal, tem as paredes tomadas por propaganda do tucano Aécio Neves e de candidatos de sua coligação estadual.

Apesar disso, até o prefeito admite que Marina terá mais votos neste ano do que em 2010. Em pesquisa do Ibope divulgada em 13 de setembro, ela aparece com 49% em todo o Acre, contra 25% para Dilma e 16% para Aécio.

Eleitor de Marina após votar em Dilma em 2010, o técnico em raio-X Anderson Marinho, 36 disse que tem ouvido muitas declarações de voto para a conterrânea. "O Acre precisa ser enxergado por alguém que conhece o Estado."

Fonte: UOL



Indígenas representam 0,32% dos candidatos às eleições deste ano

SÍTIO A CRÍTICA, 05.10.2014

Nenhum dos candidatos que se declararam indígenas concorre à Presidência da República ou aos governos estaduais nas eleições deste ano. Eles estão na corrida por cargos de deputado estadual (51), federal (24) e senador (3)

AGÊNCIA BRASIL

Apenas 83 candidatos (0,32%) de um total de 25,9 mil que disputam as eleições gerais deste ano se declararam indígenas. Nenhum deles concorre à Presidência da República ou aos governos estaduais. Os candidatos que representam os índios estão na corrida por cargos de deputado estadual (51), federal (24) e senador (3). A informação aparece como um dos destaques do levantamento Sub-representação de Negros, Indígenas e Mulheres: Desafio à Democracia, lançado no dia 19 de setembro, pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), em Brasília.

Esta é a primeira eleição em que os candidatos a cargos federais e estaduais tiveram que declarar raça e cor, conforme definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com os dados concentrados no Tribunal Superior Eleitoral, pesquisadores conseguiram confirmar alertas e críticas que já vinham sendo endossadas por organizações sociais e entidades representativas.

"A partir de agora, com os dados oficiais, a gente tem uma forma concreta de pressionar uma mudança no sistema partidário, como foi com a questão do gênero que já tem a legislação [que reserva] 30% [das candidaturas para mulheres]. A gente sabia que tinha desigualdade, mas não tinha um dado oficial", explicou Carmela Zigoni, assessora política do instituto.

Ela admitiu ainda que a situação indígena nas eleições é uma das mais complicadas, tanto pela resistência de outros setores às políticas destinadas a esses povos quanto pela aceitação das legendas. "Por uma questão cultural, os indígenas têm sua própria forma de organização política, mas já existe um processo de indígenas quererem se candidatar porque há uma compreensão de que eles têm que estar no espaço de poder. Os partidos têm que aceitar, mas nem sempre convidam ou promovem essas candidaturas."

A maioria dos estados não apresenta candidatos indígenas. "Amazonas e Mato Grosso do Sul, que concentram as maiores populações indígenas do país, registraram nove e sete candidaturas respectivamente", destaca o documento. Quase metade das candidaturas de indígenas está concentrada em três partidos: PT, com 16 candidaturas, seguido do PSOL (12) e do PCdoB (11).

Depois de convencer os partidos, tanto indígenas quanto negros e mulheres ainda precisam

CONT.



vencer outro desafio, segundo a pesquisadora. "Hoje quem financia as campanhas é um conjunto de interesses privados. Essas candidaturas [de negros, índios e mulheres] normalmente são minoritárias, têm menos recursos e menos espaço na mídia", explicou Carmela, destacando a dificuldade de a sociedade conhecer esses candidatos e suas propostas.

No estudo, os pesquisadores do Inesc ainda alertaram que, mesmo que eleitos, candidatos indígenas terão mais uma barreira para vencer dentro do Congresso Nacional: a disputa de forças com representantes de setores do agronegócio e da mineração. "É o terceiro desafio. Se eleitos, terão que conseguir legislar dentro de uma Casa onde ainda os homens brancos são a maioria", acrescentou Carmela.

As candidaturas de negros, que inclui pretos e pardos, estão concentradas principalmente nos partidos ligados às questões socialistas e operárias, como o PCB (59,8%), PCdoB (57,8%), PCO (63,3%), PSTU (48,4%) e o PSOL (52,7%). Nas maiores legendas, a presença de negros representa, por exemplo, 41,9% das candidaturas do PT, 37,7% do PSB, 32,8% do PSDB e 26,5% do PMDB.

Na avaliação da assessora política do Inesc, já existe um equilíbrio maior entre homens brancos e negros. "Mas se você passear nos corredores do Parlamento vai se perguntar onde estão esses homens negros. Vamos ter uma análise depois das eleições", anunciou. Dos quase 26 mil candidatos, 38,6% são homens brancos e 30% são homens negros.



Boletim de Notícias - Edição nº 178/ 2014

Brasília, 06 de outubro de 2014.

No Amazonas, indígenas aprendem técnicas de tiro com arco para conquistar vagas nas Olimpíadas

SÍTIO PORTAL AMAZÔNIA, 05.10.2014

Comunidade Três Unidos selecionou oito jovens que vão representar o Amazonas no Campeonato Brasileiro de Tiro com Arco

MANAUS - Se depender dos jovens guerreiros Kambeba, as novas gerações vão continuar a tradição do 'povo das águas' do município de Benjamim Constant. Na escola da comunidade Três Unidos (distante a 60 km de Manaus), 22 crianças aprendem a manejar o arco e a flecha. O alvo do projeto Arquearia Indígena do Amazonas é inserir um indígena na Olimpíada.

Na escola da comunidade, 22 crianças aprendem a manejar o arco e a flecha, como se portar para realizar um bom tiro, a medida da força a ser usada, e a concentração. O índio usa os instrumentos para alimentar e defender seus filhos e netos no ambiente que já foi bastante explorado, mas que agora está sendo conservado.

A comunidade sediou a 8ª etapa do Campeonato Amazonense de Tiro com Arco e oito jovens disputaram a chance de representar o Amazonas no 7º Campeonato Brasileiro da modalidade que acontece de 9 a 12 de outubro deste ano em Maricá (RJ).

A família tem orgulho de Inha- que na língua kambeba quer dizer coração-. O atleta de apenas 14 anos está habilitado a atirar com arco recurvo. Na categoria infantil, Inha é um dos que mais pontuaram na categoria.

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=If41xiwy3r8

Márcia Lot, a caçadora de talentos, esteve em 30 aldeias e trabalhou com cerca de 300 jovens indígenas. A cultura dos povos da Amazônia está sendo mantida na aldeia onde os jovens constroem o sonho que vai sendo conquistado, passo a passo, nas seletivas da modalidade.



Ceará tem 8 mil eleitores em comunidades indígenas e 13 mil em quilombolas

SÍTIO CEARÁ AGORA, 05.10.2014

As comunidades indígenas em 15 municípios do Ceará contam com seções eleitorais especiais. São 24 locais de votação, incluindo locais com distância máxima de 3 km das comunidades e 35 seções eleitorais.

No total, 8.676 eleitores indígenas se alistaram para exercer o voto nestas eleições. As comunidades indígenas estão instaladas nos seguintes municípios: Crateús, São Benedito, Acaraú, Itarema, Canindé, Caucaia, Pacatuba, Tamboril, Aquiraz, Monsenhor Tabosa, Itapipoca, Aratuba, Novo Oriente, Poranga e Quiterianópolis.

Já com relação às Comunidades Quilombolas, o Ceará conta com seções eleitorais especiais em comunidades em 18 municípios (Aquiraz, Pacajus, Horizonte, Moraújo, Itapipoca, Ipueiras, Salitre, Tururu, Baturité, Quixadá, Aracati, Araripe, Crateús, Croatá, Porteiras, Quiterianópolis, Tamboril e Tauá). São 50 seções em 26 locais de votação. O número de eleitores nas comunidades quilombolas chega a 13.996 pessoas.



Vestibular especial da UFPA recebe quase 9 mil inscrições

SÍTIO G1, 05.10.2014

Processo seletivo é destinado para indígenas e comunidades tradicionais.
Provas serão realizadas no dia 19 de outubro.

O vestibular especial da Universidade Federal do Pará (UFPA) recebeu 8.898 inscrições neste ano, para os cursos de Etnodesenvolvimento e Educação do Campo. O certame é destinado à população indígena, quilombola e às comunidades tradicionais do estado. São ofertadas 670 vagas para a capital e para o interior.

A maior demanda foi no Processo Seletivo Especial 2014-6 (PSE 2014-6), voltado ao curso de Educação do Campo, que teve um total de 6.171 inscritos, divididos pelos campi de Abaetetuba, com 1.864 inscritos, Altamira (1.178), Belém (793), Bragança (4), Breves (31), Cametá (2.146), Castanhal (71), Soure (3) e Tucuruí (81). O PSE-6 oferta 350 vagas, nas cidades de Abaetetuba, Acará, Anapu, Brasil Novo, Vila do Carmo/Cametá, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Placas e Senador José Porfírio.

A graduação é voltada para candidatos que já atuam como educadores em áreas rurais, mas não possuem qualificação de nível superior, e ainda para candidatos que vivem e/ou pertencem a comunidades do campo, conforme definição do edital do concurso. O objetivo é formar educadores para atender a demanda por docentes para o exercício da profissão desde os anos finais do ensino fundamental até o ensino médio das redes de ensino.

Dentre os candidatos indígenas, houve 958 inscrições para cursos ofertados em Belém. As inscrições de quilombolas somaram 1.553, sendo 978 para o campus de Abaetetuba, 467 para o Campus de Cametá e 108 para o Campus de Soure. O curso de Etnodesenvolvimento, ofertado em Altamira, teve 216 inscrições. Esses são os números referentes ao Processo Seletivo Especial 2014-7 (PSE 2014-7), cuja página de acompanhamento está disponível aqui.

Pelo PSE-7, a Federal do Pará oferta 320 vagas para estudantes oriundos de comunidades indígenas e outras 320 para os que vêm de comunidades quilombolas. Esse número equivale a quatro vagas a mais a serem criadas em cada um dos 160 cursos de graduação que terão início em 2015. O concurso também oferta 45 vagas para o curso de Graduação em Etnodesenvolvimento que funciona no campus da Universidade em Altamira. Para esta graduação, podem se candidatar estudantes vindos de comunidades tradicionais, o que inclui, além de indígenas e quilombolas, também ribeirinhos e outras comunidades.

Datas

O cartão de inscrição para ambos os processos seletivos será disponibilizado para os candidatos a partir do dia 9 de outubro. O PSE 2014-6 terá uma prova objetiva e de redação

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 178/ 2014

Brasília, 06 de outubro de 2014.

no dia 19 de outubro, das 14h às 18h. Na mesma data, ocorre a entrega do questionário documental e pessoal acompanhado de documentos comprobatórios. Já o PSE 2014-7, terá apenas prova de redação, também no dia 19 de outubro, das 14h às 18h. Esse ano, o concurso extinguiu a prova de conhecimentos gerais, a fim de facilitar o acesso das comunidades tradicionais ao ensino superior. Esses candidatos também passam por etapa de entrevistas, agendadas para os dias 27, 28 e 29 de novembro.



Festas de Bonsucesso na mira do MPE

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 05.10.2014

Instaurado inquérito para apurar irregularidades administrativas e sanitárias e mau uso de dinheiro público em eventos tradicionais

GUSTAVO NASCIMENTO

Da Reportagem

As festas em uma das mais tradicionais comunidades ribeirinhas de Várzea Grande correm risco. O Ministério Público do Estado (MPE) instaurou um inquérito para apurar irregularidades administrativas e sanitárias, além do mau uso de dinheiro público em festas realizadas em Bonsucesso.

A comunidade é responsável por algumas das mais tradicionais celebrações de Mato Grosso, porém os eventos correm o risco de deixarem de existir a partir de 2015.

A investigação é conduzida pelo promotor Rodrigo de Araújo Braga Arruda, da 6ª Promotoria Civil de Várzea Grande. Conforme o promotor, a Festa do Peixe, a Festa de São Pedro e Carnaval de Bonsucesso eram realizados sem os alvarás de Vigilância Sanitária e do Corpo de Bombeiros.

Conforme o promotor, o lazer é um direito social, mas deve respeitar as medidas de saúde e segurança necessárias para ser realizado. "Por sua vez, o Código de Defesa do Consumidor estabelece como direito básico do consumidor a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos, cabendo ao Poder Público agir com eficiência na fiscalização".

O MPE ainda apura a suspeita de desvios de verbas estaduais e municipais dos organizadores da festa. O promotor ressaltou que a comunidade já é alvo de outro inquérito que investiga a segurança das festas.

Por conta disso, o MPE requisitou respostas explicações para a Prefeitura de Várzea Grande sobre os incentivos para festas realizadas entre 2012 e 2014. O MPE também quer saber se houve lei autorizando o aporte financeiro, se existiram pedidos formais dos organizadores neste sentido e quem foram os responsáveis pelos referidos eventos e pelos recebimentos dos valores. Quais as exigências impostas pelo município para a liberação do incentivo e qual Secretaria os eventos foram vinculados.

A festa de São Pedro é uma das mais tradicionais entre as comunidades ribeirinhas. De acordo com o presidente da associação dos moradores de Bonsucesso, Edinaldo Pereira da Silva, conhecido como Chiquinho, o evento costuma levar 20 mil pessoas para a comunidade que consomem até 10 toneladas de peixe.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 178/ 2014

Brasília, 06 de outubro de 2014.

Porém, o presidente teme que 2014 possa ser o último ano das festas comunidade. Segundo ele, a edição de 2013 não ocorreu por conta da associação dos pescadores estar com problemas na Justiça. "A Justiça alega que eles não prestaram contas de uma das festas e embargou todos os bens da associação, como o carro e o freezer".

Segundo Chiquinho, em 2014 a festa não iria ser realizada novamente, porém os moradores decidiram que não deveriam deixar a tradição morrer e em 10 dias organizaram o evento. "As nossas festas são tradições que não podem acabar. A festa de São Pedro traz mais de 20 mil pessoas para conhecer a nossa comunidade, o carnaval movimenta quase 100 mil."

O presidente afirmou que a comunidade pediu ajuda para Prefeitura, que entrou com a parte logística. "Nós fomos na cara e na coragem, sem praticamente nenhum patrocínio, já que a associação de pescadores está com problemas e não enviou o projeto para a Secretaria de Cultura do Estado. Não ganhamos um centavo para fazer nada".

Conforme o presidente, a Prefeitura cedeu o palco, a iluminação e as cadeiras, enquanto a comunidade arcou com o cachê das bandas. A Prefeitura também teria ficado encarregada de prover os alvarás necessários. "Eu tenho as prestações de conta tudo certinho e vou levar no MPE, agora os alvarás foi a Prefeitura que conseguiu, pois nós não tínhamos condições de conseguir".

A reportagem tentou entrar em contato com a assessoria da Prefeitura de Várzea Grande, porém as ligações não foram atendidas.



Com 5 mil eleitores, reserva indígena tem movimento intenso

SÍTIO ITAPORÃ AGORA, 05.10.2014

Um dos maiores pontos de votação de Dourados está na Reserva Indígena, onde o total de eleitores nas aldeias Bororó e Jaguapiru chega a mais de cinco mil pessoas. Durante a manhã, a movimentação foi bastante intensa na Escola Tengatui Marangatu, onde quatro mil eleitores indígenas votam.

Longas filas se formaram nas seções eleitorais da escola, com cada eleitor demorando em média dois minutos para finalizar a votação, conforme informado pelos mesários.

"A média de cada eleitor é mais ou menos neste tempo. Não tivemos nenhum problema até agora, tudo está correndo tranquilamente. Todas as urnas funcionando, e os eleitores podendo dar o seu voto tranquilamente", destacou o supervisor Vilson Leonardo Garcia.

Morador da aldeia Jaguapiru, 42, Rozimar Faustino era um dos eleitores que aguardavam em uma das filas. Para ele, apesar de muitas pessoas pensarem ou acusarem o contrário, a comunidade indígena participa ativamente do processo eleitoral.

"Nós pedimos encontros, queremos ouvir dos candidatos o que eles pensam e têm a oferecer para a nossa comunidade, que precisa de muitas coisas e quase sempre acaba esquecida", disse ele, completando que o mais difícil de escolher foram os candidatos a presidente e governador. "Demorei, mas acho que escolhi bem. Vamos ver se eles ganham e fazem um trabalho bom por nós e pelo país".

Para votar, a comunidade indígena apresenta ou o título de eleitor, ou o Rani (Registro Administrativo de Nascimento Indígena). A apresentação do documento oficial de identidade não é obrigatória para os eleitores da Reserva.

Correio do Estado

Indígenas votam pela primeira vez em Altamira

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 05.10.2014

Índios da aldeia indígena Koatinemo, na margem do Rio Xingu, viajaram um dia inteiro de rabeta para votar pela primeira vez neste domingo (5) no município de Altamira, região sudeste do Estado.

Para eles, o dia de hoje representou uma satisfação em poder contribuir com a decisão política do país.



(Foto: Jaime Souza)

O município de Altamira representa o 13º colégio eleitoral do Estado, com 67.552 eleitores.

(DOL)



Com mais de 5 mil eleitores, votação na Reserva Indígena deve ser movimentada o dia todo

SÍTIO DOURADOS NEWS, 05.10.2014

Thalyta Andrade

Um dos maiores pontos de votação de Dourados está na Reserva Indígena, onde o total de eleitores nas aldeias Bororó e Jaguapiru chega a mais de cinco mil pessoas. Durante a manhã, a movimentação foi bastante intensa na Escola Tengatui Marangatu, onde quatro mil eleitores indígenas votam.

Longas filas se formaram nas seções eleitorais da escola, com cada eleitor demorando em média dois minutos para finalizar a votação, conforme informado pelos mesários.

“A média de cada eleitor é mais ou menos neste tempo. Não tivemos nenhum problema até agora, tudo está correndo tranquilamente. Todas as urnas funcionando, e os eleitores podendo dar o seu voto tranquilamente”, destacou o supervisor Vilson Leonardo Garcia.

Morador da aldeia Jaguapiru, 42, Rozimar Faustino era um dos eleitores que aguardavam em uma das filas. Para ele, apesar de muitas pessoas pensarem ou acusarem o contrário, a comunidade indígena participa ativamente do processo eleitoral.

“Nós pedimos encontros, queremos ouvir dos candidatos o que eles pensam e têm a oferecer para a nossa comunidade, que precisa de muitas coisas e quase sempre acaba esquecida”, disse ele, completando que o mais difícil de escolher foram os candidatos a presidente e governador. “Demorei, mas acho que escolhi bem. Vamos ver se eles ganham e fazem um trabalho bom por nós e pelo país”.

Para votar, a comunidade indígena apresenta ou o título de eleitor, ou o Rani (Registro Administrativo de Nascimento Indígena). A apresentação do documento oficial de identidade não é obrigatória para os eleitores da Reserva.



Sonia Bone Guajajara: "não vamos abrir mão da nossa luta em defesa dos nossos direitos!!!"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.10.2014

Por Sonia Guajajara*

Há dois dias das eleições, o cenário que se apresenta para nós povos indígenas não é nada animador, e o pior mesmo é ver os parentes nas regiões fechando alianças com candidatos a Deputados Estaduais e Federais que escancaradamente têm manifestado posicionamentos contrários aos nossos interesses. Pior que obscuro, é a clareza dos interesses antagônicos às questões indígenas e ainda ver gente deixando se enganar com dinheiro sujo de campanha por meio da compra de votos disfarçada.

Para a presidência da República das três candidaturas à frente segundo as pesquisas, mesmo não havendo manifestações explícitas, e de fundo, a favor ou contra da questão indígena, ela é afetada querendo ou não pelo atual momento político onde se confrontam projetos políticos, todos por igual alheios aos interesses populares, portanto, aos interesses indígenas. Vejamos um pequeno resumo do perfil de cada candidat@ para ajudar na reflexão:

- Um neodesenvolvimentista, da Dilma, focado na reprimarização da economia, nos grandes empreendimentos, na indústria extrativa, no agronegócio e na paralisação da Demarcação das Terras indígenas em prol das alianças políticas e econômicas.
- O da Marina não mostra diferenças substanciais, poderá até se aproximar das questões indígenas e ambientais sob o risco da priorização da economia verde e sem muitas condições de se contrapor aos tradicionais inimigos dos povos indígenas.
- Outro representado por Aécio Neves que é de corte neoliberal, conservador e privatizante, totalmente defensor do agronegócio e do latifúndio sem possibilidade mínima de relação com povos indígenas.

No Congresso Nacional as ameaças continuam latentes. Além dos conhecidos projetos de lei e PECs (PL 1610, PEC 215 etc.), o próprio governo pautou a tramitação do Projeto do Patrimônio Genético, que está em regime de urgência, situação que favorece obviamente a bancada ruralista.

Nos últimos meses, ruralistas foram pegos pelo Ministério Público Federal e a Polícia Federal confessando que agem em duas frentes:

- Advogado da CNA, pago pelos ruralistas, redige parecer do Deputado Serraglio, relator da PEC 215;
- Ruralistas financiando as articulações antiindígenas em Mato Grosso e outros estados.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 178/ 2014

Brasília, 06 de outubro de 2014.

No Executivo, a morosidade, paralisia e até redução de terras indígenas se consolidaram como decisões de governo, que somam-se à crescente criminalização de lideranças e comunidades.

E por último a saída repentina da Presidenta da FUNAI por não compactuar com as imposições do pior Ministro da Justiça de todos os tempos o Eduardo Cardozo que além de paralisar as demarcações de terras indígenas com casos consumados de diminuição, recentemente com desculpas esfarrapada vetou a saída do cacique Marcos Xucuru para participar da Conferência Mundial dos povos indígenas em Nova York , porque Marquinhos defenderia lá a voz dos povos indígenas do Brasil.

>Lá, ele se apresentou como o grande defensor dos Direitos indígenas, chegou até sugerir e convidar um parente indígena para presidir a FUNAI pela primeira vez (conforme post no facebook), sabendo ele que suas reais intenções com esse pleito é desmoralizar os povos indígenas, pois com a FunAI, sucateada, quebrada, sem autonomia pra nada, nenhum de nós teria condições para fazer um trabalho diferente e assim ele ainda jogaria os povos contra os parentes dizendo que não faz porque não quer, pois estamos com cargo máximo do órgão; fragilizar e dividir o movimento indígena, pois sabe que as organizações indígenas jamais aceitariam a indicação de um indígena por imposição do Ministério da Justiça, isso geraria muitos conflitos entre os povos e as regiões.

Precisamos sim lutar para ocupar esses espaços, mas, mais importante do que ocupar espaços públicos é lutar pela garantia de um órgão fortalecido, estruturado, autônomo politicamente e com recursos financeiros que dê conta de atender as distintas realidades dos territórios indígenas, a começar pela retomada das declarações demarcatórias.

Portanto parentes, mais do que nunca precisamos estar juntos e fortes!!

A nossa força e as nossas mobilizações continuam importantes e necessárias, não vamos abrir mão da nossa luta em defesa dos nossos direitos!!!

-

*Membro da Coordenação Executiva da Articulação dos Povos indígena do Brasil – APIB.



Nota do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo (MTC) em defesa do rio São Francisco

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.10.2014

O Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo – MTC, vem a público dar um grito em defesa do Rio São Francisco e do seu povo. A situação de penúria, baixa vazão, assoreamento e poluição ganha contornos simbólicos dramáticos com a seca de sua nascente histórica, constatada no dia 23 de setembro passado. O agronegócio já consome 83% da água disponível no Brasil e a Bacia do Rio São Francisco é a mais castigada por este flagelo.

Um exemplo é seu afluente Verde Grande já há muito secado por irrigação descontrolada. Empresas, como a SADA, em Jaíba-MG, continuam a irrigar vastas plantações de cana, sugando água e devolvendo agrotóxicos. Enquanto isso uma população de mais de 40 mil habitantes corre o risco de ficar sem água para consumo humano e para produção de alimentos no mesmo Perímetro Público de Irrigação do Jaíba, em que pequenos agricultores vivem situação dramática, testemunhada por nós do MTC.

Assim, não é mais possível esconder que a grave crise hídrica que vivemos, muito antes da falta de chuvas, que só a revela e agrava, tem seus maiores culpados nas empresas do agronegócio e no Estado brasileiro que as financia, licencia e não fiscaliza, não limita nem controla. Empobrece a dieta do brasileiro, diminui a área plantada com alimentos, tudo para exportar commodities agrícolas e financeiras. Como se comêssemos lucros das bolsas de valores.

A Coordenação Nacional do MTC Brasil, composta por representantes de 10 estados, reunida em Olinda-Pernambuco, no Alto da Sé, após pés do túmulo de Dom Helder Câmara, exemplar guardião da vida, vem clamar às autoridades brasileiras e aos organismos internacionais competentes para que escutem o gemido do moribundo Rio São Francisco, nosso Velho Chico, “rio da integração nacional”, e tomem as devidas providências para salvar a vida que ainda pulsa em sua Bacia Hidrográfica.

Somando forças com a Articulação Popular São Francisco Vivo, que congrega centenas de entidades sociais e organizações populares em toda a Bacia, exigimos a Moratória para o Rio São Francisco: “suspensão de novos licenciamentos e outorgas de água para grandes e médios projetos e revisão dos já concedidos na Bacia do Rio São Francisco. Propomos que, além de retomar e ampliar o relegado Programa de Revitalização, realizem em caráter de urgência uma avaliação hidro-ambiental integrada de toda a Bacia, por pesquisadores das Universidades Públicas e técnicos do Estado, e a partir destes dados e informações se definam novos e mais restritivos parâmetros de uso das águas, matas, solos e subsolos da Bacia: 1) em caráter de emergência, para as águas acumuladas nas barragens, para amenizar a situação atual; 2) em caráter permanente, para garantir condição de vida para o Rio e o Povo do Rio e evitar a sua extinção”.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 178/ 2014

Brasília, 06 de outubro de 2014.

Oportunamente, ao final da campanha eleitoral em curso, chamamos a atenção dos eleitores e eleitoras e exigimos dos eleitos, sejam quais forem, o compromisso com esta Moratória e programas de revitalização da Bacia São Francisco mais profundos, integrados e efetivos que os atuais.

Clamamos para todas as pessoas de boa vontade à luta em defesa da vida, que depende dos rios, em especial do Rio São Francisco, o maior rio inteiramente brasileiro, do qual dependem milhões de brasileiros, maioria pobres, e uma infinidade de espécies.

Olinda, 25 de setembro de 2014.

A Coordenação Nacional do MTC Brasil.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



Governo garante terra e investimentos na agricultura para quilombolas de Goiás
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.10.2014

A comunidade Kalunga fica nos municípios goianos de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina. No total, 600 famílias quilombolas vivem num território de 261 mil hectares

SEPPIR – Os quilombolas da comunidade Kalunga têm, agora, mais motivos para permanecer no campo e preservar a herança dos seus ancestrais. Nesta terça-feira (30/10), o ministro Laudemir Müller (Desenvolvimento Agrário) e a ministra Luiza Bairros (Igualdade Racial), entregaram para a comunidade 31 mil de um total de 56 mil hectares já desapropriados na região, onde já foram investidos cerca de R\$ 34 milhões.

“Este é um ato histórico, é o reconhecimento da luta que esse povo protagonizou para criar seus filhos, produzir o alimento e preservar a cultura quilombola nessas terras”, afirmou o ministro, anunciando Chamada Pública para a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), que deve beneficiar 1,1 mil famílias quilombolas. “O Governo Federal trabalhou para indenizar também os fazendeiros que ocupavam as terras. Dessa forma, o município de Monte Alegre é um território de paz, sem conflitos”, concluiu.

Emoção e preservação

Maria Helena Rodrigues, 26 anos, ficou emocionada ao falar sobre o motivo de permanecer no campo com os companheiros kalungas. Nascida e criada na comunidade, ela está cursando licenciatura em Educação no Campo no campus da Universidade de Brasília (UnB), em Planaltina. O curso superior, segundo ela, é para ajudar a preservar a herança dos ascendentes quilombolas.

“Dá um arrepio só de pensar que o sonho do meu povo está, enfim, se realizando. Um sonho que começou há muito tempo, antes mesmo de eu ser gerada. Essas concessões são resultado de uma luta constante e marcam o início de um novo tempo para os Kalunga”, comemorou Maria Helena.

Acesso às políticas públicas

Com o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, o Governo Federal garante às famílias kalungas segurança jurídica, direito às políticas públicas e um incentivo a mais para dar continuidade às tradições quilombolas. A cerimônia de entrega dos contratos de concessão marcou um momento importante para a reforma agrária. Desde 2010, o Incra e o MDA trabalham na desapropriação das terras.

História

A comunidade Kalunga fica nos municípios goianos de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina. No
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 178/ 2014

Brasília, 06 de outubro de 2014.

total, 600 famílias quilombolas vivem num território de 261 mil hectares. A terra pertence oficialmente aos Kalunga desde 2000, quando foi titulada pela Fundação Cultural Palmares, mas os fazendeiros da região continuaram morando nas terras.

A comunidade Kalunga foi criada por escravos que fugiram das minas de ouro de Goiás ou que foram abandonados com a falência dos mineradores.

Fonte: MDA



Comunidades tradicionais dos Gerais e de Veredas, do distrito de São Joaquim, município de Januária, norte de Minas, retomam seu território tradicional
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.10.2014

Na madrugada do dia 29 de Setembro, cerca de 135 famílias das comunidades de Poções, Barra do Tamboril, Barra do Pindaibal, Brejinho, Cabeceira de Mocambinho, Capoeirão, Capivara e Angical, Distrito de São Joaquim no município de Januária, retomaram o seu território tradicional.

Nesta ocasião as comunidades costumam festejar com muita alegria o dia de São Miguel Arcanjo, o protetor e guardião dos filhos de Deus e de sua Igreja. Após a retomada, organizaram o Acampamento Geraizeiro do Alegre, que foi abençoado com a folia de Reis ao som de acordeon, pandeiros, violas, violão e da rebeca.

Na década de 1980, os posseiros e pequenos proprietários desta região foram ameaçados, tiveram os seus direitos violados e foram expulsos de seus territórios. Para implantar a monocultura do eucalipto, duas Empresas do setor Siderúrgico florestal de Minas Gerais a PLANTAR E A METALUR (hoje RIMA), adquiriram áreas de mais de 20 mil ha de cerrados e veredas, ricas em nascentes, córregos e lagoas que formam os principais rios, como os córregos do Alegre e do Pindaibal que alimentam o rio Pandeiros, e os córregos Capoeirão, Capivara e Gentio que formam o rio Pardo, estes dois rios importantes afluentes que alimentam e dão vida ao rio São Francisco.

Durante estes trinta anos, muitas famílias que eram posseiras foram expulsas de suas terras, milhares de ha de terras públicas foram griladas, e os plantios da monocultura do eucalipto acabaram com a mata nativa do cerrado, com a coleta comum dos frutos, as nascentes, veredas e córregos foram aterradas, matando a cultura, os laços familiares e o modo de vida das comunidades locais.

As comunidades que antes viviam da abundância dos frutos nativos, das ervas medicinais, dos peixes, córregos, veredas e buritis, hoje sofrem com a seca permanente. A cada dia que passa a situação das comunidades vem se agravando pelas consequências sociais e ambientais causadas pelas ações predatórias destas firmas.

As famílias vem sofrendo pressões e intimidações por parte dos fiscais e funcionários da Empresa PLANTAR. Nestes dias a empresa enviou dois representantes até o local para ouvir as famílias acampadas.

No sonho e desejo de retornar ao território de seus ancestrais, buscando proteger, recuperar e defender a terra mãe e seus recursos naturais, as famílias continuam acampadas até que finalize a negociação envolvendo o Ministério Público Estadual e a PLANTAR.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 178/ 2014

Brasília, 06 de outubro de 2014.

Para fortalecer a luta e a organização, estas famílias contam com o apoio e a solidariedade de muitas organizações e pessoas que hoje estão preocupadas com a seca do rio São Francisco. Pois o rio São Francisco começa a secar é com a degradação das nascentes, veredas e os pequenos córregos que o alimentam. E o que as famílias do Acampamento Geraizeiro do Alegre querem é poder retomar o modo tradicional de viver juntamente com a recuperação dos cerrados e veredas que sustentam o rio São Francisco.

Zilah de Mattos

Comissão Pastoral da Terra

Manga, 03 de Outubro de 2014

-

Enviada para a lista do Cedefes por Pablo Matos Camargo.



Mais duas: antes de sair, Maria Augusta Assurati aprovou o Relatório da Terra Indígena Xakriabá, Minas, e prorrogou por dois anos a proteção aos Piripkura de Mato Grosso

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.10.2014

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PORTARIA Nº 1.153, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

A PRESIDENTA INTERINA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 1º da Lei nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967, em conformidade com o art. 7º do Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996, combinado com o Decreto nº 7.778, de 27 de julho de 2012, e diante dos relatórios e elementos constantes no Processo nº 08620.002058/85, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por dois anos, o prazo estabelecido no art. 1º da Portaria nº 1264, de 03 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de outubro de 2012, Seção 1, página 46.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Mais duas decisões de Maria Augusta Assirati foram hoje publicadas no Diário Oficial da União. A primeira, Portaria nº 1.153, datada de 30 de setembro de 2014, tem apenas um artigo, além do “esta portaria entra em vigor na data de sua publicação”. Nele, a ex-presidente interina prorroga “por dois anos, o prazo estabelecido no art. 1º da Portaria nº 1264, de 03 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de outubro de 2012, Seção 1, página 46. A segunda é, na verdade, um despacho ainda mais antigo, de 19 de setembro, através do qual ela aprova “as conclusões dos estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Xakriabá, de ocupação tradicional do povo indígena Xakriabá, localizada nos municípios Cônejo Marinho, Itacarambi e São João das Missões, Estado de Minas Gerais, consubstanciadas no resumo do citado Relatório Circunstanciado”.

O resumo se inicia na página 30 do DOU e termina na 36. É um belo e detalhado estudo antropológico, que começa introduzindo os Xakriabá como resultantes de “uma cisão ocorrida entre grupos falantes de língua Jê, tronco Macro-Jê, durante a travessia do rio São Francisco”, há 3.000 anos, até chegar aos tempos atuais, às suas lutas e à relação nominal dos 383 ocupantes não-índios de seu território, calculado com 43.357 ha. O item final – VII. Conclusão e Delimitação – tem um trecho particularmente interessante:

“Os estudos de natureza etno-histórica, antropológica, documental, ambiental, fundiária e cartográfica realizados para identificar as áreas de ocupação tradicional Xakriabá resultaram na

CONT.



superfície aproximada de 43.357 ha (quarenta e três mil, trezentos e cinquenta e sete hectares), que contempla, a Oeste, a área do Dizimeiro, incorporando os marcos históricos do Termo de Doação, do Alto da Boa Vista, no divisor de águas dos rios Itacarambi e Peruaçu ao Imbirigu Ferrado, nas margens do Peruaçu, incorporando suas áreas inundáveis, de grande importância ambiental e de recursos para pesca, agricultura e coleta, além de uma importante área de "geraes", com recursos de caça e extrativismo, incluindo as áreas habitadas por famílias indígenas na comunidade do Dizimeiro e arredores; ao Sul/Sudeste, incorpora as comunidades indígenas de Vargem Grande, Caraíbas e Poções, se estendendo pela margem do Rio Peruaçu, até a região da Serra Geral, abrangendo importantes recursos de extrativismo, áreas agricultáveis, fontes de água, cavernas e cemitérios; a Leste incorpora ocupações de famílias indígenas nas regiões de Rancharia, São Bernardo, Remanso e Ilha do Capão, coincidindo com as terras de maior fertilidade da Depressão do São Francisco e de suas áreas inundáveis, matas ciliares do Rio São Francisco, onde exclusivamente ocorre a presença da Jurema (espécie vegetal com a qual se prepara a bebida de efeito psicoativo ingerida nos rituais sagrados do Toré) e que dá acesso aos recursos hídricos e pesqueiros do São Francisco, o único rio efetivamente perene da região; e ao Norte, seguindo pelo Rio Itacarambi, incorpora a comunidade indígena de Morro Vermelho e a região do Catito, de reconhecida ocupação indígena, abrangendo terras férteis das margens do Rio Itacarambi e suas matas ciliares, além dos seus hoje poucos recursos pesqueiros, áreas de caça e coleta da região do Morro Vermelho, cavernas e cemitérios".

Embora já não possamos mais, pelo menos por enquanto, classificar o Velho Chico como "perene" a hipótese de que suas matas ciliares venham a ser protegidas pelos Xakriabá é uma notícia que pode nos dar um novo alento. E a hipótese da preservação da Jurema, aliada a isso, sem dúvida é motivo também para comemoração. Fora isso, com certeza todas as pessoas que conhecem, acompanham e/ou partilham da luta dos Xakriabá (e me orgulho de ter inclusive passado uma noite numa de suas retomadas) com certeza devem estar felizes com essa notícia, mesmo que (considerando as burocracias das avaliações das benfeitorias, os protestos etc), sua concretização não venha a ser imediata.

Mas e o tal artiguinho da Portaria? Esse já diz respeito a outra história. Ou melhor: à Portaria 1.264, de 3 de outubro de 2012, através da qual a então presidente da Funai, Marta Azevedo, protegia por dois anos a Terra Indígena Piripkura, situada nos municípios de Colniza e Rondolândia, em Mato Grosso, e onde vive em isolamento voluntário o Povo do mesmo nome.

Para facilitar, reproduzo aqui os artigos da Portaria original. Os links tanto para ela como para as demais informações vai a seguir.

Art. 1º Estabelecer restrição ao direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da FUNAI, na área descrita nesta Portaria, pelo prazo de dois (02) anos a contar de sua publicação, nos seguintes termos:

I – Somente poderão ingressar, locomover-se e permanecer na área descrita nesta Portaria, por tempo determinado, pessoas autorizadas pela Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém Contatados – CGIIRC.

CONT.



II – Para autorização prevista no item anterior, serão exigidas:

- a) declaração de isenção de responsabilidade da FUNAI por danos físicos e materiais sofridos pelo(s) interessado(s);
- b) declaração de responsabilidade por danos físicos e materiais causados direta ou indiretamente, pelo(s) interessado(s), a bens e pessoas da FUNAI, dos índios ocupantes e ao meio ambiente, da área objeto do perímetro descrito nesta Portaria;

Parágrafo Único: A restrição estabelecida nesta Portaria não se aplica às Forças Armadas e Policiais, no cumprimento de suas funções institucionais, cujo ingresso, locomoção e permanência na área aqui descrita, deverá ser sempre acompanhada por funcionários da FUNAI.

Art. 2º A critério da FUNAI, em função das condições ambientais, climáticas ou de acontecimentos relativos aos índios ocupantes da área descrita nesta Portaria, as autorizações a que se refere o artigo anterior poderão ser suspensas.

Art. 3º Vedar a exploração de qualquer recurso natural existente na área descrita nesta Portaria, durante a respectiva vigência.

Art. 4º Determinar que a proibição ora estabelecida seja fiscalizada pelas equipes da Frente de Proteção Etnoambiental Madeirinha-Juruena/CGIIRC – FUNAI.

Art. 5º A área a que se refere esta Portaria, denominar-se-á, para fins de controle administrativo, TERRA INDÍGENA PIRIPKURA, localizada nos municípios de Colniza e Rondonópolis, Estado do Mato Grosso, com superfície aproximada de 242.500 ha e perímetro aproximado de 284 km, com os seguintes limites: (...)

Aparentemente, os Piripkura e as riquezas existentes em seu Território estão relativamente protegidos por mais dois anos.



Funai e Ibama desativam garimpos ilegais no interior da Terra Indígena Kayapó
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.10.2014

Funai - Entre os dias 26 de setembro 01 de outubro, servidores da Funai e do Grupo Especial de Fiscalização-GEF, do Ibama, empreenderam mais uma operação no sul do estado do Pará contra a atividade garimpeira ilegal, desativando um total de 21 Balsas, 7 escavadeiras hidráulicas (PC), 5 caminhões, 1 caminhonete, 1 trator de esteira, 1 motor, além de 46 estruturas de apoio ao garimpo.

A atividade garimpeira vem causando inúmeros danos ao meio ambiente, bem como à saúde e à organização social da população indígena Kayapó, e tornando insalubres as águas dos rios Branco e Fresco, que banham os municípios de Ourilândia do Norte, Tucumã e São Félix do Xingu, estendendo seus malefícios a toda população desses municípios.

No mês de julho deste ano, a Funai com apoio do Ibama, notificou os garimpeiros a deixarem a terra indígena, informando-os acerca da ilegalidade das atividades. Como não houve a paralisação das atividades garimpeiras no interior da TI, foi deflagrada, no último dia 26 de setembro, uma operação com o objetivo de desativar todos os garimpos que afetam o povo Kayapó. A ação teve como alvo principal os grandes garimpos de barranco e as balsas que provocam o açoreamento e o envenenamento dos rios da região.

Esta operação corresponde a uma etapa de uma série de ações previstas para a TI Kayapó, cujo objetivo é pôr fim aos garimpos ilegais, garantindo assim, a proteção do meio-ambiente e o bem-estar à comunidade indígena, bem como à população dos municípios afetados por essa prática.

Cabe ressaltar que os prejuízos provocados por essa prática ilegal ultrapassam os danos ambientais, envolvendo uma série de outros crimes, os quais vão desde a formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, contrabando e descaminho, além da sonegação fiscal que afeta, sobretudo, os municípios que deixam de arrecadar tributos.

A Funai e o Ibama continuarão combatendo os garimpos ilegais em terras indígenas, atuando permanentemente por meio de ações estratégicas.



Boletim de Notícias - Edição nº 178/ 2014

Brasília, 06 de outubro de 2014.

Controle do desmantamento em terras indígenas

SÍTIO ENVOLVERDE, 06.10.2014

por Redação da Envolverde

Projeto de gestão territorial e ambiental sustentável – Instituto de Conservação Ambiental – The Nature Conservancy do Brasil (TNC) – em seis terras indígenas nos estados do Pará e Amapá, receberá investimento de R\$ 15,7 milhões do Fundo Amazônia. O projeto beneficiará 8,8 mil indígenas e contribuirá para o controle do desmatamento na região. O edital para apoio a iniciativas como essa continua aberto até o dia 21 de novembro.

O Fundo Amazônia, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi criado pelo governo brasileiro para apoiar iniciativas voltadas para prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, além de atividades de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas do bioma Amazônia. Tem 60 projetos aprovados, totalizando R\$ 904 milhões em financiamento. As informações foram divulgadas pelo Ministério do Meio Ambiente. (Envolverde)



Antropólogo da Fiocruz discute no campus Pampulha mortalidade indígena na Amazônia

SÍTIO JORNAL BRASIL, 06.10.2014

Abordagem crítica acerca dos debates teóricos que focalizam questões ligadas à saúde, demografia e características genético-biológica dos povos indígenas no Brasil na segunda metade do século passado será trazida ao campus Pampulha nesta quarta-feira, 8, pelo professor Ricardo Ventura Santos, do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Aberta ao público, a palestra Demografia, variabilidade biológica e povos indígenas: uma análise socioantropológica acerca dos debates científicos sobre mortalidade indígena na Amazônia (1950-80) será realizada às 14h, no auditório 2 da Faculdade de Ciências Econômicas (Face).

Pesquisador da Fiocruz, Ricardo Ventura Santos explica que em 1992 Francis Black, da Yale University, publicou na revista Science trabalho intitulado Why did they die?, em que fazia referência aos 500 anos de chegada dos europeus ao continente americano e sintetizava suas teorias - resultantes de mais de 30 anos de pesquisas na Amazônia - sobre as interfaces entre genética, demografia e imunologia dos povos ameríndios, .

“A partir de perspectiva histórico-antropológica, apresento uma abordagem crítica sobre os debates teóricos que focalizaram questões ligadas à saúde, demografia e características genético-biológica dos povos indígenas no Brasil”, antecipa o pesquisador.

Segundo ele, o foco principal da palestra serão as pesquisas realizadas por médicos e geneticistas de 1960 ao final do século 20, que tiveram em Black um de seus expoentes.

“Os debates sobre as relações entre mortalidade indígena e seus determinantes serão colocados no cenário sociopolítico da segunda metade do século 20, incluindo a temática dos direitos indígenas no contexto dos governos militares dos anos 1960 e 1970”, completa.

Fonte: UFMG



Professora indígena transmite aos alunos prazer de ensinar

SÍTIO JORNAL BRASIL, 06.10.2014

De etnia caiouá, Úrsula Velasques sempre morou na aldeia Taquaperi, a 15 quilômetros do município de Coronel Sapucaia, em Mato Grosso do Sul. Desde pequena, ela manifestava a vocação para o magistério, pois gostava de brincar de professora com os irmãos. Quando completou 18 anos, foi convidada a lecionar a alunos do primeiro ano do ensino fundamental. “Fiquei muito feliz e, desde então, nunca mais deixei de trabalhar”, diz Úrsula, há nove anos no magistério.

Com licenciatura em ciências sociais, Úrsula trabalha na coordenação pedagógica da Escola Municipal Indígena Ñande Reko Arandu, no atendimento a estudantes do primeiro ao nono ano do ensino fundamental. A escola, dentro da aldeia, tem 768 alunos, 34 professores indígenas e seis não indígenas, residentes em fazendas próximas. A instituição conta com computador, acesso à internet e outros equipamentos audiovisuais.

A escola oferece, além das disciplinas obrigatórias do currículo, aulas sobre a cultura e o modo de vida indígena (ava reko), com encontros semanais fora da sala de aula. “Nosso objetivo é fundamentar o ava reko e complementar a educação familiar, incentivando os alunos a estarem bem, além de fortalecer nossa cultura e, principalmente, nossa língua”, explica Úrsula.

Para ela, o principal papel do professor é ensinar. Faz a ressalva, porém, de que o profissional deve também saber atuar com base na realidade da sociedade em que vive. “Cada lugar é diferente”, observa. “Temos de saber entender o mundo da criança de hoje, o que ensinar e como ensinar.”

Úrsula acredita que o educador precisa estar sempre atualizado, estudar e se aprofundar para ter firmeza em sala de aula. “Nada é mais prazeroso quando gostamos daquilo que estamos fazendo”, ressalta. Ela diz gostar da vida na aldeia, pela liberdade, pelos espaços e pelo canto dos pássaros. “É um lugar melhor do que qualquer outro”, avalia.

Fonte: Ministério da Educação



Projeto em terras indígenas ajuda no controle do desmatamento

SÍTIO JORNAL BRASIL, 06.10.2014

O Instituto de Conservação Ambiental - The Nature Conservancy do Brasil (TNC) receberá R\$ 15,7 milhões do Fundo Amazônia para implantar projeto de gestão territorial e ambiental sustentável de seis terras indígenas nos estados do Pará e Amapá. O projeto beneficiará 8,8 mil indígenas e contribuirá para o controle do desmatamento na região. Com isso, as organizações indígenas sairão fortalecidas. O edital para apoio a iniciativas como essa continua aberto até o dia 21 de novembro.

Como explica o analista ambiental do Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Raul Xavier de Oliveira, o projeto da TNC foi aprovado por se enquadrar nas diretrizes do Fundo Amazônia para o biênio 2013/2014.

“O Comitê Orientador do Fundo Amazônia, presidido pelo Ministério do Meio Ambiente, é responsável pela definição das diretrizes e considerou o apoio à implantação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PGTA) como um dos focos prioritários”, afirma Raul Xavier.

Alinhamento

O PGTA é instrumento importante para a execução da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). As instituições que queiram apresentar projetos até o dia 21 de novembro devem observar, além do alinhamento temático, os seguintes critérios:

Contribuir para implantação de uma política pública, neste caso, a PNGATI e o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm);

Ser resolutivo com relação à situação do problema; e

Ter escala no território, ou seja, atender uma área grande e muitos beneficiários.

Desmatamento

As Terras Indígenas (TIs) representam 21% do território da Amazônia Legal e são importantes para o controle do desmatamento na Amazônia. Dados do Prodes de 2013 mostram que apenas 3% do desmatamento ocorreram nas TIs.

As TIs são áreas protegidas, delimitadas em razão do reconhecimento da ocupação tradicional de um ou mais povos. Na Amazônia Legal, existem mais de 400 delas. Apesar da demarcação, não estão livres das pressões relacionadas ao desmatamento e à degradação florestal. Ainda assim, as têm se mostrado eficazes como barreira ao avanço do desmatamento na região.

Saiba mais

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 178/ 2014

Brasília, 06 de outubro de 2014.

O Fundo Amazônia, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi criado pelo governo brasileiro para apoiar iniciativas voltadas para prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, além de atividades de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas do bioma Amazônia. Tem 60 projetos aprovados, totalizando R\$ 904 milhões em financiamento.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente



Site promove cultura indígena a partir de conteúdos produzidos pelos próprios índios
SÍTIO ADITAL, 06.10.2014

O portal Índio Educa é uma iniciativa da ONG Thydêwá e que permite à sociedade conhecer mais sobre a cultura dos indígenas brasileiros. O portal busca ajudar no combate ao preconceito contra os índios e permitir uma interação cultural indígena mais atuante na sociedade brasileira.

A ideia de criar o portal surgiu em 2008 quando a ONG percebeu a carência de material didático para dar subsídio à inclusão da temática "História e cultura afro-brasileira e indígena", que passou a ser obrigatória no currículo oficial da rede de ensino nacional. O portal existe desde 2011 e reúne jovens indígenas que produzem artigos, fotos e conteúdo para ajudar na disseminação da cultura dos índios por meio da Internet.

O portal permite ao índio mais autonomia na comunicação, pois não há mais um intermediador de suas falas. No site, o índio escreve sobre sua cultura, sem a interferência e o olhar, por vezes, preconceituoso da sociedade. "A época do índio sem voz está terminando. Esse projeto tem o objetivo de empoderar o indígena para dialogar. Trabalhamos em cima dos preconceitos que existem, como pessoas que acham que eles ainda vivem nus", conta o presidente da ONG Thydêwá, Sebastián Gerlic, em entrevista à Adital.

Gerlic reforça que o Brasil é um país de muita injustiça e ainda tem uma visão social cheia de preconceitos sobre a causa indígena. "A sociedade brasileira, em geral, é preconceituosa e violenta contra seus primeiros habitantes: os indígenas. A sociedade desconhece a formação do seu povo, a história da nação e desvaloriza as culturas e conhecimentos tradicionais", declara. Porém, mesmo diante desse triste cenário, Gerlic afirma que o site tem recebido muitos acessos, superando as expectativas.

O site já recebeu mais de 500 mil visitas e tem cerca de 1.020 comentários, escritos por indígenas e não indígenas. O portal permite uma troca cultural muito rica entre professores, alunos, crianças e os próprios índios. Essa interação promove a valorização da diversidade cultural e a cultura da paz.

De acordo com o presidente da ONG, o portal garantiu a permanência de seis indígenas estudando na universidade por um ano e estes, por sua vez, disponibilizaram 200 conteúdos, entre textos, fotos, músicas, desenhos e vídeos sobre a cultura indígena.

"O Índio Educa é uma ponte de mão dupla, não indígenas dialogam com indígenas das cinco regiões do Brasil, trocam ideias, visões, opiniões, experiências, conhecimentos e constroem juntos novas pedagogias para erradicar o racismo. Crianças, jovens e adultos, homens e mulheres, partilham conteúdos e sentimentos, promovendo a diversidade das expressões culturais vivas como patrimônio de toda a humanidade", afirma Gerlic.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 178/ 2014

Brasília, 06 de outubro de 2014.

O portal fortalece ainda a atuação dos índios na cibercultura, pois apresenta um vasto conteúdo de qualidade sobre as produções literárias e informativas da cultura indígena. O portal Índio Educa já possui cerca de 200 artigos escritos por indígenas e ajuda professores e estudantes em pesquisas.

Muito dos materiais disponíveis no site são produzidos diretamente pelos índios, porém o site também tem a licença Creative Commons, que permite que o conteúdo do site seja modificado por outras pessoas, como professores que queiram colaborar e montar um conteúdo didático próprio.

Os índios interessados em contribuir para o portal devem mandar um email para indioeduca@indioeduca.org

Acesse o portal.

<http://www.indioeduca.org/>

Conheça a ONG Thydêwá.

<http://www.thydewa.org/thydewa/>

Acesse o perfil social do Índio Educa.

<https://pt-br.facebook.com/indio.educa>



Guaranis Kaiowá lutam junto ao Supremo Tribunal para ter direito a ocupar terra ancestral

SÍTIO ADITAL, 06.10.2014

Lideranças dos indígenas Guarani Kaiowá afirmam que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que os impede de ocupar o território tradicional de Tekoha, localizado em Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, foi proferida sem que a comunidade fosse ouvida.

Diante dessa situação, os líderes foram na última semana ao STF, em Brasília (Distrito Federal), para solicitar nulidade de decisão, que os impede de ter a posse do território onde vivem atualmente.

No entendimento do STF, a decisão da 2ª Turma da Corte, proferida pelo ministro Gilmar Mendes, anula o reconhecimento do Estado à tradicionalidade do tekoha por alegar que a comunidade indígena dos Guarani Kaiowá não estava na área reivindicada em 1988, ano em que foi elaborada a Nova Constituição do Brasil. Portanto, para o STF, os índios não tem direito de ocupar o território.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), instituição autora do pedido de nulidade, os líderes dos índios foram ao gabinete do presidente da Suprema Corte e entregaram uma carta de reivindicações aos ministros do STF. Agora, estão no aguardo de uma audiência para discutir a demanda.

O documento reafirma os motivos da comunidade permanecer no local, bem como atesta a tradicionalidade da terra reivindicada. O território dos Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul caracteriza-se por apresentar uma das realidades de maior violência e desrespeito aos direitos dos povos indígenas no Brasil.

Gravemente afetados pela perda de quase toda sua terra ao longo do último século, os guaranis sofrem com uma onda de suicídios sem precedentes na América do Sul. Esses problemas são especialmente verificados em Mato Grosso do Sul, onde os guaranis chegaram a ocupar uma extensão de 350.000 quilômetros quadrados de floresta. Além disso, a comunidade guarani é regularmente ameaçada por pistoleiros contratados por fazendeiros que se apoderaram de suas terras. Atualmente, esses indígenas vivem em pequenas parcelas de terra rodeadas de fazendas de gado e de extensos cultivos de soja e cana de açúcar. Alguns carecem de terras e se veem forçados a acampar às margens das rodovias e estradas.

Saiba mais sobre os Guarani Kaiowá:

<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=7726>



Indígena é o primeiro a fazer cirurgia no Ceapac

SÍTIO CGN, 06.10.2014

O centro especializado está funcionando há um ano e meio, mas só agora aconteceu a primeira cirurgia...

Um indígena de cinco anos, morador da cidade de Barcelos, no Amazonas, foi o primeiro paciente a passar por cirurgia no Ceapac (Centro de Atenção e Pesquisa em Anomalia Craniofacial) do HUOP (Hospital Universitário do Oeste do Paraná). O procedimento cirúrgico foi realizado na manhã desta segunda-feira (06) pelos cirurgiões plásticos Miguel Bailak e Dalto Pastro, além do anestesiista e uma enfermeira. A cirurgia demorou cerca de 1h30.

O atendimento especializado está sendo realizado no HUOP há um ano e meio e conta com uma equipe multifuncional. Só agora, com o quadro completo de especialistas necessários foi possível fazer a primeira cirurgia.

O coordenador do Ceapac, professor Amadeu Neto; diretor do Centro, Zé Neto da Costa; o diretor da 10ª Regional de Saúde, Miroslau Bailak; o diretor geral do HUOP, Luiz Sérgio Feedback, e os médicos que participaram da primeira cirurgia, concederam uma entrevista coletiva nesta manhã.

Miroslau Bailak destacou que por enquanto as cirurgias serão bancadas pelo governo do Estado até que seja liberado o credenciamento pelo Ministério da Saúde.

O diretor geral do HUOP enfatizou que a meta é tornar o hospital referência nesse tipo de cirurgia para todo o Estado. Até hoje, no Paraná, os procedimentos só eram realizados em Curitiba e em alguns casos em Londrina. A referência no País é a cidade de Bauru (SP).

A partir de agora, outras cirurgias deverão ser realizadas no HUOP. Conforme os médicos, para cada 650 bebês nascidos vivos, um nasce com algum tipo de fissura labiopalatal, o que demonstra a necessidade do centro especializado em Cascavel.



Preconceito e discriminação contra pessoas indígenas, no Brasil

SÍTIO BLOG DA INES BÜSCHEL, 06.10.2014

Publicado por inesbuschel

No dia 22 de setembro de 2014, por ocasião da 69ª sessão da Assembleia Geral da ONU em sua sede na cidade de Nova Iorque/EUA, realizou-se a 1ª CONFERÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS. Existem hoje no mundo todo, 370 milhões de pessoas indígenas de mais de 5 mil comunidades, espalhados por 90 países. Eles representam 5% da população global e, na América Latina, são 8,3% da população. No Brasil, atualmente, o número de pessoas indígenas é de, aproximadamente, 900.000, representando 0,47% da população brasileira. Aldeia Sta Fé

Os povos indígenas, após duas décadas de discussões, conquistaram perante a ONU no ano de 2007, a "Declaração sobre os Direitos dos Povos indígenas", que foi devidamente adotada pelo Brasil. Para saber mais sobre ela clique no link abaixo:

<http://pib.socioambiental.org/pt/c/direitos/internacional/declaracao-da-onu-sobre-direitos-dos-povos-indigenas>

http://indigena.unemat.br/publicacoes/declaracao/Declaracao_Direitos_Povos_Indigenas_web.pdf

Apesar disso, é impressionante constatar como as pessoas indígenas brasileiras, tornaram-se invisíveis para uma grande parte do povo brasileiro. E esse fenômeno contribui para sua desumanização. De uma maneira geral, quando nós nos referimos ao racismo, temos em mente quase sempre apenas as pessoas de pele negra. Nunca relacionamos de pronto o racismo contra pessoas de pele vermelha. Talvez isso aconteça porque a população de pele negra ou parda compõe a maioria do povo brasileiro, ou seja, representam 50,7 % do total, e essa força numérica os favoreça na articulação da luta por seus direitos.

Os movimentos sociais organizados por negros no Brasil já conquistaram bastante visibilidade. No entanto, os movimentos sociais organizados para a luta por direitos dos indígenas ainda são bastante precários, talvez dada a grande diversidade entre as comunidades que somam, hoje, aproximadamente, 305 etnias e falam 274 idiomas diversos. E, também, não deve ser nada fácil para eles enfrentarem as exigências da burocracia.

<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/08/brasil-tem-quase-900-mil-indios-de-305-etnias-e-274-idomas>

E pensar que há uns 500 anos os indígenas eram milhões! E viviam em relativa paz – guerreavam entre tribos inimigas – em todo território brasileiro, a que denominavam "Pindorama", terra de buritis e palmeiras. A conquista desse território pelos povos europeus, com predomínio dos portugueses, praticamente dizimou essa população e, talvez, por causa da

CONT.



abundância da planta chamada pau-brasil, deram o nome de Colônia do Brasil do Reino de Portugal ao país inventado por eles, os portugueses. O que os europeus praticaram nas Américas no passado, hoje tem nome e trata-se de um crime gravíssimo: genocídio.

http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/nuremberg/genocidio_oquee.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l2889.htm

Conta-nos a história oficial que os povos originários das Américas foram denominados "índios" devido ao equívoco do navegador genovês Cristóvão Colombo que, sob as ordens dos reis da Espanha, buscava a região das "Índias" (China, Índia, Japão) e, no entanto, ao chegar ao Caribe na América Central em 1492, pensou ter encontrado seu destino. Certamente, reforçou esse equívoco o fato dos habitantes dali terem as feições faciais semelhantes a dos povos asiáticos. Alguns anos após, o mesmo erro foi cometido pelo navegante português Pedro Alvarez Cabral, quando chegava ao continente sul-americano pensando tratar-se da Índia. Havia "descoberto" o Brasil.

Kaiapó-Jogos-Indígenas1-300x200Grande parte do que já escrevi há alguns meses com relação ao racismo praticado contra as pessoas de pele negra, é também pertinente aos povos indígenas, tais como o próprio crime de racismo e as cotas raciais/ações afirmativas, por exemplo. Agora, neste post, reproduzirei apenas alguns tópicos daquele texto e, em seguida tentarei delinear as principais regras jurídicas relativas às questões dos povos indígenas brasileiros.

Todavia, se por acaso você caro (a) leitor (a) desejar acessar aquele post anterior, bastará clicar neste link:

<http://blogdaines.wordpress.com/2014/04/04/discriminacao-e-preconceito-contr-pessoas-de-pele-negra-no-brasil/>

Então, rememorando, já sabemos que o Brasil é signatário, junto à ONU, da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, desde o ano de 1969 e, por isso, adota os princípios ali estabelecidos, entre os quais o significado da expressão "discriminação racial": "qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de vida pública." Leia o texto integral clicando aqui:

http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/conv_int_eliminacao_disc_racial.htm

O racismo constitui-se num crime contra a igualdade de todos, assegurada em nossa Constituição Federal. A Constituição considera a prática do racismo, crime inafiançável e imprescritível (artigo 5o., inciso XLII). Portanto, não cabe fiança (depósito em dinheiro como garantia) e a possibilidade de processar o réu não termina em data pré-determinada.

CONT.



É a lei no. 7.716/89 – a Lei Caó – que define os crimes por discriminação ou preconceitos de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Essa lei, cujo projeto é de autoria do deputado Carlos Alberto de Oliveira, conhecido como Caó, já sofreu inúmeras alterações desde sua promulgação há 25 anos, sendo a última delas datada de novembro de 2012. Caso queira conhecê-la integralmente, clique aqui:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm

Ao lado dessa lei federal, nosso Código Penal, no artigo 140 – § 3º, prevê o crime de injúria: Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro: [...] § 3º. Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: Pena – reclusão, de um a três anos, e multa.”

preconceito Lembrando, ainda, que o preconceito (injúria) está contido nas palavras que usamos para desqualificar uma pessoa, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro. Trata-se, portanto, da expressão de uma opinião injuriosa tal como referir-se a uma pessoa indígena xingando-a de selvagem, canibal, preguiçosa, incapaz, indolente, suja, bugre, indigente etc. Temos de reconhecer que ainda há na sociedade brasileira atual, um preconceito de classe social bastante forte em relação às pessoas indígenas.

Estranha-se o fato deles viverem coletivamente e terem um modo de vida tão despojado, pois vivem com muito pouco e sem a ostentação material a que nós – não-índios – estamos acostumados. Não tem dinheiro suficiente, tem dificuldade em falar português, vestem roupas simples. Em sua grande maioria esses povos quando não vivem nas florestas, no sertão ou no litoral, vivem humildemente nas regiões periféricas das grandes cidades, longe dos rios que tanto amam. Muitas vezes os índios, embora adultos, até hoje são tratados socialmente como se fossem seres infantis, sem capacidade de entendimento.

Índios-de-hoje

Ademais disso, permanece no imaginário do povo brasileiro – isto sim de maneira bastante infantil –, o estereótipo do indígena nu com o corpo pintado, usando cocar e adereços. Imagem essa que não mais condiz com os todos os indígenas da atualidade. Muitos já estão integrados à sociedade brasileira, freqüentam Universidades, são lideranças importantes, professores e escritores exitosos, usam telefone celular, dirigem veículos motorizados, assistem TV, tem computador etc, como qualquer pessoa comum. Eles são brasileiros mas também são indígenas de origem, pertencem as suas etnias. Essa origem – tal qual a nossa de não-indígenas – nunca se apaga, nem se deve apagá-la pois faz parte da identificação cultural da pessoa.

<http://blogdeyaguare.blogspot.com.br/p/lista-de-escritores-indigenas.html>

Discriminação é outra coisa, pois trata-se de um ato negativo, uma ação tal qual não permitir ou recusar a entrada nos Fóruns judiciais, nos bares e restaurantes, clubes e parques, escolas, salão de beleza, transportes públicos, museus, igrejas, hotéis, elevadores etc ou, então, deixar de dar emprego, a alguém porque é índio. Negar aos pais indígenas o direito de nomear seus

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 178/ 2014

Brasília, 06 de outubro de 2014.

filhos de acordo com seus costumes ancestrais, perante os Cartórios de Registro Civil, por exemplo, é uma discriminação.

<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/567-resolucoes-conjuntas/21832-resolucao-conjunta-n-03-de-19-de-abril-de-2012>

Desde minha infância aprendi que no dia 19 do mês de abril comemora-se o Dia do Índio. Essa data foi uma proposta do 1º Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México em 1940. Foi nesse dia que os líderes indígenas finalmente decidiram participar desse Congresso. No Brasil quem decretou a data dessa festividade foi o ex-Presidente Getúlio Vargas, no ano de 1943.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del5540.htm

Por outro lado, há mais de uma década, a UNESCO instituiu o Dia Internacional dos Povos Indígenas, que é celebrado no dia 9 de agosto de cada ano.

<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/08/dia-internacional-dos-povos-indigenas-e-celebrado-neste-sabado-9>

Durante o ensino fundamental e médio, além das aulas de história e português que abordavam um pouco o tema indígena, eu li as obras de escritores e poetas brasileiros, p.exemplo, "O Guarani", "Iracema" e "Ubirajara", de autoria de José de Alencar, e li também o livro "O triste fim de Policarpo Quaresma", de Lima Barreto. Devo confessar a você, caro (a) leitor (a) que me tornei fã do personagem Major Policarpo Quaresma e do escritor Lima Barreto para sempre. Ficava sonhando em aprender a falar a língua tupi-guarani ou ao menos a "língua geral brasílica", o Nheengatu. Dê um clique no link abaixo e leia um artigo bem interessante sobre ela:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinioao/fz2007200309.htm>

Posteriormente, já na Faculdade de Direito, aprendi que os "silvícolas" (que vivem nas selvas), conforme dizia o artigo 6º, III, do Código Civil de 1916 (já revogado), eram considerados relativamente incapazes – sem capacidade civil plena, ainda que fossem adultos – , necessitando, portanto, de alguém que os tutelasse até que fossem se "adaptando à civilização do País". Esse "alguém" que os tutelava era uma instituição governamental, o SPI – Serviço de Proteção ao Índio que foi criada em 1910 e dirigido pelo Marechal Cândido Rondon (1865-1958) que, por sua vez, era descendente de indígenas. Anos mais tarde, o SPI foi sucedido pela FUNAI – Fundação Nacional do Índio, criada no ano de 1967. <http://www.funai.gov.br/>

No mês de dezembro do ano de 1973 foi promulgada a Lei Federal nº 6.001, que instituiu o "Estatuto do Índio". Essa lei ainda se encontra em vigor, exceto naquilo que contrarie as regras estabelecidas posteriormente pela Constituição Federal de 1988.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm

CONT.



Esse "Estatuto do Índio", deverá ser revogado tão logo seja promulgada uma nova lei que se intitulará "Estatuto dos Povos Indígenas". Todavia, esse projeto de lei encontra-se em trâmite há mais de uma década na Câmara Federal, sem consenso entre os parlamentares. Clique no link abaixo para conhecer os termos dessa futura lei:

http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=paginas&conteudo_id=5710&action=read

indígenas hojeO novo Código Civil instituído pela Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 modificou aquela regra citada anteriormente mas, infelizmente, não foi taxativo uma vez que no seu artigo 4º, quando se refere aos relativamente incapazes diz, no parágrafo único: "A capacidade dos índios será regulada por legislação especial." Esse novo Código entrou em vigor após a Constituição de 1988 e, portanto, nem deveria existir esse parágrafo, pois no texto constitucional está dito que os índios são parte legítima para ingressar em juízo. Isso significa que os indígenas integrados tem plena capacidade civil e dispensam tutela.

Houve, todavia, um grande avanço na questão indígena a partir da Constituição Federal de 1988, que destacou um Capítulo para tratar dos direitos dos índios nos artigos 231 e 232. Neles está determinado que " São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, língua, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar os seus bens." (art. 231, caput); e, "Os índios, suas comunidades e organizações são parte legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo." (art. 232).Tainá

E é no artigo 129, inciso V, da Constituição Federal que se incumbe ao Ministério Público Federal o exercício da função de "defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;".

Quanto às demarcações das terras indígenas, lembramos que na Constituição, ao seu final, no Ato das Disposições Transitórias, em seu artigo 67 determina-se o seguinte: " A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição." Hoje, passados vinte e seis anos dessa data ainda não foram concluídas as demarcações, e os conflitos fundiários entre índios e não-índios permanecem acirrados. O assassinato de índios – homens, mulheres, jovens e crianças – é muito comum nessas áreas tradicionalmente ocupadas por índios e, no entanto, falta comoção nacional frente a esses crimes horríveis. Clique aqui para saber mais: <http://www.funai.gov.br/index.php/nossasacoes/demarcacao-de-terras-indigenas>

Sobre tais conflitos, caso você (a) leitor (a) tenha interesse, assista ao filme "Terra Vermelha", uma co-produção ítalo-brasileira, dirigido pelo diretor chileno Marco Bechis. O roteiro é dele e do brasileiro Luiz Bolognesi, tendo sido inspirado em fatos reais ocorridos no estado do Mato Grosso do Sul. Lançado em 2008, tem duração de 108 minutos. Se desejar assista-o pelo You Tube:

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=fH6NcNm1iDE

CONT.



Continuando, na Constituição Federal, no artigo 242, § 1º, estabeleceu-se que " O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro."

alunos_indigenas_1904121 Todavia, somente no ano de 2008 é que foi sancionada a Lei Federal 11.645, que alterou o artigo 26-A da Lei nº 9.394/1996 – de Diretrizes e Bases da Educação – para dizer da obrigatoriedade do ensino da cultura indígena e sua influência na formação do povo brasileiro, no ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas. Para ler o texto dessa lei bastará clicar no link abaixo:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm

No âmbito da ONU há ainda a importante Convenção 169 da OIT – Organização Internacional do Trabalho, que estabelece amplos direitos aos povos indígenas e tribais. O Brasil ratificou-a no ano de 2002 e, no ano de 2004 o ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva baixou o Decreto nº 5.051, promulgando a referida Convenção nº 169 que passou a ser executada e cumprida inteiramente como nela se contém. Para conhecê-la dê um clique no link abaixo:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm

Posteriormente, no ano de 2012, a Presidenta da República Dilma Rousseff emitiu o Decreto nº 7.747, instituindo a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial – PNGAT. Para saber seus termos, clique aqui:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm

O que todos nós devemos entender é que a política integracionista praticada pelo Estado brasileiro desde sempre com relação aos povos indígenas, está encerrada. Desde a década de 1980 a política vigente no Brasil é a do respeito à autonomia dos índios e de suas etnias, aos seus costumes, cultura tradicional, língua, crenças, rituais etc. Essa nova visão política pluricultural (direito à diferença) está consagrada a partir da promulgação da Constituição de 1988. Infelizmente, não é bem isso o que vemos na realidade.

Caso você caro (a) leitor (a), queira conhecer um pouco da vida do nosso valente Marechal Rondon, assista pelo You Tube ao vídeo apresentado pelo líder indígena-aviador Marcos Terena:

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=E9Ado-HSUu0

cestarias_indigenas A influência da cultura indígena em nossa vida brasileira é enorme. Pelo que aprendi, por exemplo, rir à toa, festejar cantando, dançar, caçoar dos outros e inventar anedotas como costumamos fazer, é uma herança do peculiar comportamento social dos povos indígenas. Herdamos sua alegria. Gostar de andar descalço, dormir ou descansar na rede e tomar banho diariamente também. Nossa musicalidade, o prazer da pesca, as muitas brincadeiras infantis vieram deles.

CONT.



A nutritiva e deliciosa mandioca, o milho, a batata-doce e tantos outros alimentos, vegetais e frutas como caju, banana, mamão etc que fazem parte de nossa mesa farta, aprendemos a usar por sua influência direta. O conhecimento tradicional deles nos ensinaram a utilizar inúmeras plantas para fins medicinais. E tantas outras coisas boas eles nos ensinaram a fazer – cestaria de palha, cerâmicas, canoas etc – e continuam a nos ensinar. Se quiser saber sobre alguns CDs já gravados por etnias indígenas, dê um clique aqui: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/sons-indigenas>

As variadas línguas utilizadas pelas diversas etnias indígenas, aumentaram nosso vocabulário enormemente: nhen-nhen-nhen, lengalenga, sururu, toró, pipoca, abacate, abacaxi, jabuticaba, capão etc. Os nomes próprios dos lugares e rios (topônimos) de origem tupi-guarani são muitíssimos: Pará, Paraná, Tocantins, Goiás, Capivari, Ibirapuera, Morumbi, Guaíba, Jaçanã etc. Uma infinidade de outros ensinamentos foram os índios que nos transmitiram. E devemos ser gratos a esse povos originários, pois contribuíram muitíssimo e ainda contribuem com a defesa do território brasileiro. Tupi2

Caso você caro (a) leitor (a), queira ler algo sobre os índios brasileiros, embora eu não seja uma indigenista – mas tenho alma (anga) Tupi ! – ousarei recomendar-lhe alguns livros que li: " Dos Canibais ", de Michel de Montaigne, tradução de Luiz A. Alves Eva, Alameda Casa Editorial; " O povo Brasileiro ", de Darcy Ribeiro, editora Cia. das Letras/SP; "Dicionário Tupi Antigo ", de Eduardo A. Navarro, Editora Global/SP; "Artes de Gramática", de Pe. José de Anchieta, Edições Loyola/SP; " A República Guarani ", de Clóvis Lugon, tradução de Alcy Cheuyche, Editora Expressão Popular/SP; "Partido da Terra ", de Alceu L. Castilho, Editora Contexto/SP; "A Terra sem Males ", de Jakson de Alencar, Editora Paulus/SP; "Coisas de Índio ", de Daniel Munduruku, Callis Editora/SP; "A Terra dos Mil Povos ", de Kaka Werá Jecupé, Edit. Fund. Peirópolis; "Nem tudo era italiano-São Paulo e Pobreza ", de Carlos J.F. dos Santos (Casé Angatu), Editora Annablume/SP.

maracá

Há ótimos filmes e documentários brasileiros que abordam a nossa história com os índios. Dentre os mais conhecidos estão "Anchieta José do Brasil " (1977), "Como era gostoso meu francês ", " Iracema – uma transa amazônica ", "Brava Gente Brasileira ", "Tainá ", "Hans Staden ", "Xingu " etc. Todavia, indicarei a você caro (a) leitor (a), mais dois desses filmes dos quais eu gosto muito. São eles, "Brincando nos Campos do Senhor ", co-produção estadunidense-brasileira, drama dirigido por Hector Babenco e baseado na obra do mesmo nome, de autoria do escritor estadunidense Peter Matthiessen (1927-2014). Filmado inteiramente na Amazônia. A trilha sonora é linda. Foi lançado em 1991 e tem duração de 186 minutos. O DVD desse filme somente foi lançado em 2009. Se desejar, assista-o pelo You Tube clicando no link abaixo:

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=rRrQ51eAJko

O outro filme brasileiro que gosto bastante é "500 Almas", documentário dirigido por Joel Pizzini, que nos conta sobre o povo indígena Guatós que viveu na região do Pantanal/MS. Lançado em 2007, com duração de 109 minutos. Assista ao trailer clicando aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=qEPuU8CVqSk>

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 178/ 2014

Brasília, 06 de outubro de 2014.

Finalizando, sugiro a você caro (a) leitor (a) ouvir uma música indígena intitulada "Araruna ", do povo Parakanã do Pará e adaptada por nossa cantora/pesquisadora/compositora Marlui Miranda, que há anos nos apresenta belíssimas músicas indígenas brasileiras:

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=t4hoI8n-hPo

E você, acha importante conhecer, estudar e difundir a rica história e a cultura dos povos indígenas brasileiros ?

Inês do Amaral Büschel, em 06 de outubro de 2014.



Índios acionam a Justiça contra crise da Educação e condições das estradas
SÍTIO O PROGRESSO, 06.10.2014

Lideranças denunciam falta de salas de aula, 800 crianças fora da escola, estradas em péssimo estado de conservação e desvalorização dos professores

Lideranças indígenas acionaram a Justiça contra a falta de salas de aula na reserva, o que deixa, segundo eles, 800 crianças fora da escola. Eles também denunciam o péssimo estado de conservação das estradas e a desvalorização dos professores. Na semana passada eles se reuniram com o procurador da República Marco Antônio Delfino, do Ministério Público Federal, que deu até o dia 30 para a Prefeitura de Dourados se manifestar em relação ao problema e apresentar uma proposta de solução. Paralelamente a isso, as lideranças afirmam que, se até o dia 15 eles não receberem uma proposta do Município, vão ingressar com ação judicial através do Observatório dos Direitos Indígenas (Odin). Eles também estudam a possibilidade de protestos na MS-156 e até o fechamento da rodovia caso não obtenham uma resposta do poder público.

De acordo com membros da Comissão Indígena de Professores, a medida é tomada depois de muitas tentativas frustradas de negociação com o poder público. De acordo com o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena, Fernando de Souza, venceu em 2012 um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em que a Prefeitura de Dourados teria que construir cinco novas salas de aula. Em 2013 e 2014 nada avançou e as lideranças indígenas decidiram que não vão mais dialogar. "Agora o caminho será a Justiça porque é inadmissível que crianças sejam tratadas como estão nas escolas públicas", destaca.

Desde julho deste ano, quando traçaram a MS-156, os professores indígenas denunciam a precariedade da Educação. Eles reclamam que as salas estão superlotadas chegando a comportar mais de 50 alunos, quando a capacidade é de 25. Eles também denunciam os banheiros em péssimas condições e inadequados para uso, salas improvisadas em algumas escolas onde falta estrutura mínima como iluminação, ventilação, carteiras, banheiro, péssima qualidade no transporte escolar com ônibus antigos e superlotados e falta de materiais didáticos, pedagógicos e estruturas dignas para atender adequadamente aos alunos.

Na semana passada O PROGRESSO denunciou que por causa da falta de salas, alunos indígenas estavam estudando debaixo de uma árvore.

Os educadores também denunciam o grande número de professores contratados em contratos precários, sem nenhum direito, ambientes improvisados nas escolas: biblioteca, administração, salas de aula e salas de tecnologia. Eles reclamam ainda da falta da manutenção das estradas, o que prejudica o acesso a ônibus escolares e a frequência dos alunos.

A proposta da comunidade indígena é a de apresentação de plano de valorização dos

CONT.



profissionais da educação, principalmente em relação ao piso de 20 horas, a construção de novas escolas para atender os alunos fora da sala de aula, investimentos no orçamento de 2015 para a elaboração de materiais didáticos, específicos e diferenciados para as escolas indígenas, concurso público e aquisição de transporte escolar adequado. Todas as reivindicações foram encaminhadas ao Ministério Público Estadual e Federal, além do Conselho Tutelar de Dourados.

Outro lado

A secretária de Educação de Dourados, Marinísia Mizoguchi, explica que, em recente reunião com a secretária estadual de educação Nilene Badeca, conseguiu que ela cadastrasse mais uma escola para a aldeia de Dourados. No entanto, para se tornar realidade, esta nova escola cadastrada precisará de investimentos federais.

A secretária também diz que vão pedir ao Estado para que ceda quatro salas da escola Guateka para os alunos da Tengatui e verificar a possibilidade de novas escolas construídas pelo Estado em parceria com a Prefeitura. "A responsabilidade por estes alunos é do Município, Estado e União e temos que juntos dar uma solução para isto", destaca.



'Queremos participar da democracia', diz cacique de aldeia da Capital

SÍTIO DIÁRIO DIGITAL, 06.10.2014

Grupo indígena lançou candidato na disputa para vaga de deputado estadual

Presente na apuração dos votos das eleições 2014, neste domingo (5), no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS), a cacique da aldeia Marçal de Souza, em Campo Grande, Eli da Silva Bezerra esperava ansiosa para saber o resultado.

O grupo lançou um candidato na disputa para vaga de deputado estadual, o indígena Evódio Vargas, que concorria pelo PMDB. "Não importa a quantidade de votos, mas participar da democracia é uma grande vitória", comentou Eli. A cacique disse que a política não faz parte da cultura indígena, mas que nos tempos de hoje, se faz necessário estar presente nas eleições. "A política não faz parte da nossa cultura, mas temos que participar, hoje é necessário ter alguém pra nos representar, pra olhar um pouco pra gente, para o povo indígena", fala. Evódio teve 981 votos, 0.07% do total e ficou em 119º na posição. "Ainda estamos analisando e podemos até lançar ele para vereador nas próximas eleições", revela a cacique. Acima, lista completa dos deputados estaduais eleitos em Mato Grosso do Sul.



Dilma defende "exterminar" trabalho escravo e demarcar terras indígenas

SÍTIO UOL, 06.10.2014

A presidente Dilma Rousseff (PT) afirmou, para uma plateia repleta de lideranças do agronegócio, que o trabalho escravo é "uma chaga a ser exterminada". Ela participou de sabatina promovida nesta quarta-feira (6) pela CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), em Brasília.

"Uma questão que preocupa é o trabalho escravo e estou certa que todos produtores concordam que é uma chaga a ser exterminada de nosso país, inclusive para que os bons e sérios produtores não sejam discriminados pelos erros de uns poucos", disse Dilma.

A CNA é principal entidade representativa do setor agropecuário no país e reivindica ao próximo presidente medidas governamentais relacionadas à política agrícola, competitividade, relações de trabalho, segurança jurídica, meio ambiente e educação e assistência técnica.

A família da senadora Kátia Abreu (PSD-TO), presidente licenciada da entidade, já foi acusada pelo Ministério Público do Trabalho de explorar trabalho escravo em uma de suas fazendas.

Durante a sabatina, Dilma também defendeu a aprovação do projeto de lei que garante a descentralização das concessões do licenciamento ambiental. "A questão para corte de vegetação, é típica, não é questão federal, nós vamos criar uma imensa burocracia. Porque a União vai discutir autorização para aprovar o início de uma obra?", questionou a presidente.

A candidata petista destacou ainda o papel da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) na inovação das tecnologias do campo que melhoram as condições de crédito e produção, além de ações do governo para o setor.

Sobre a demarcação de terras, a presidente afirmou que irá revisar e aprimorar os processos. "A questão da demarcação de terras indígenas é um dos nossos desafios."

Também foram sabatinados nesta quarta os presidentiáveis Eduardo Campos (PSB) e Aécio Neves (PSDB). Ambos os candidatos de oposição prometeram melhoras no Ministério da Agricultura. O encontro recebeu separadamente os três candidatos para o debate e apresentação das propostas para o setor na sede da CNA.



Jagunços armados atacam aldeia em Mato Grosso do Sul

SÍTIO DOURADOS AGORA, 06.10.2014

O Cimi denuncia que jagunços armados atacaram, na sexta-feira, as barracas de famílias Kaiowá numa pequena sede de fazenda, ocupada pelo povo indígena desde o último 22 de setembro.

As 50 famílias com cerca de 250 indígenas, retomaram uma pequena porcentagem da sua terra tradicional de Kurusu Ambá, localizada no município de Coronel Sapucaia, Mato Grosso do Sul, à procura de espaço para plantar já que, segundo o Cimi, vinham passando fome.

Por volta das 15 horas, com a chegada de uma viatura da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), a comunidade Kaiowá se deslocou para seu antigo acampamento, junto a uma pequena extensão de mato, para receber atendimento e tratar de suas crianças.

Conforme o Cimi, naquele instante, quatro sujeitos armados invadiram a sede da fazenda retomada pelos indígenas e desferiram golpes de facão contra as barracas montadas pelas famílias Kaiowá. Os indígenas resistiram e conseguiram fazer com que os agressores batessem em retirada. Lideranças e jovens Kaiowá seguiram os pistoleiros pela estrada e denunciam que os viram se dirigir à sede de uma propriedade rural.

De acordo com o Cimi, há muito as famílias Kaiowá vêm sistematicamente anunciando a formação e circulação de grupos armados que têm rondado o acampamento dos indígenas, dia e noite, e que agora passaram a desferir os primeiros ataques.

Os Kaiowá reafirmam sua decisão de manter a pequena retomada e anunciam que resistirão até o fim em seu princípio, mesmo que custe suas vidas. Toda esta situação já foi denunciada inúmeras vezes por inúmeras organizações internacionais de direitos humanos.

Os Kaiowá solicitam urgentemente do governo federal que sejam tomadas, via Ministério da Justiça, as medidas de segurança para que não persista a situação de genocídio anunciado no estado do Mato Grosso do Sul. Os indígenas estão determinados, porém frente aos ataques iminentes temem pelo pior.